

ATA DA 266ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO

SÃO PAULO, 15/01/2021

PRESIDENTE

EDSON APARECIDO DOS SANTOS

COORDENADOR DA COMISSÃO EXECUTIVA

LEANDRO VALQUER JUSTINO LEITE DE OLIVEIRA

SECRETÁRIO GERAL DO CMS-SP

JÚLIO CÉSAR CARUZZO

LISTA DE PRESENÇA

I – Conselheiros Presentes

Representantes da Sociedade Civil:

MARIA AUXILIADORA CHAVES DA SILVA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE

ADRIANA RAMOS COSTA MATEUS (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE

MARCIONÍLIA NUNES DE SOUZA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO

DÉBORA ALIGIERI (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO

ANDERSON PEREIRA LOPES (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL

RUBENS ALVES PINHEIRO FILHO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE

GIVANILDO OLIVEIRA DOS SANTOS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE

CIRLENE SOUZA MACHADO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE

MARIA APARECIDA DA CONCEIÇÃO PRADO DE CAMARGO (TITULAR) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

JOCILÉIA NÉIA DA COSTA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

ZANDRA FÁTIMA BAPTISTA (TITULAR) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

JILSOMAR PINHEIRO DA SILVA (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

MARTA ANTÔNIA SOARES (TITULAR) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

MÁRIO FRANCISCO FRANÇA DA SILVA (TITULAR) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

VITA AGUIAR DE OLIVEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

NADIR FRANCISCO DO AMARAL (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

MARGARETE APARECIDA DE OLIVEIRA PRETO (TITULAR) - REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

PATRÍCIA PEREZ E SILVA DE FREITAS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

GILBERTO FRACHETTA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

JOSÉ HENRIQUE MARQUES CAMARGO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES PATRONAIS

Representantes dos Trabalhadores em Saúde:

JOSÉ ERIVALDER GUIMARÃES DE OLIVEIRA - (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE

DEODATO RODRIGUES ALVES (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE

VALTER MARTINS - (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE

LEANDRO VALQUER JUSTINO LEITE DE OLIVEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS

FLÁVIA ANUNCIÇÃO DO NASCIMENTO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS

SILAS LAURIANO NETO (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS

ALEXANDER DE CARLO FREITAS NAVARRO (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS LIBERAIS

Representantes das Instituições Governamentais:

JORGE HARADA (TITULAR) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

REINALDO JOSÉ TOCCI (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO LUCRATIVO

CARLOS ALBERTO FERREIRA GOULART (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO

FERNANDA SILVA FUSCALDI (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PRESTADORES FILANTRÓPICOS

Representantes do Poder Público:

FRANCIS DA SILVA FERNANDES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

MARILDA SILVA SOUSA TORMENTA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

NELZA AKEMI SHIMIDZU (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

MARCELO MONTEIRO PINTO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

DRAUSIO SOARES FILHO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

II – Justificativas de ausência:

EDSON APARECIDO DOS SANTOS – PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE DE SÃO PAULO

ALBERTINA SOUZA RIBEIRO JUSTINO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE

ALESSANDRA ESTEVÃO DA ROCHA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE

PAULO MOURA DA SILVA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE

JAQUELINE TEIXEIRA DOS SANTOS (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

MARISA ROSA BARBOSA DA SILVA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

JILSOMAR PINHEIRO DA SILVA (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

DAVI ALVES SENA (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

SUELY LIMA (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

PAMELLA DE FREITAS SAIÃO SCAFURA (TITULAR) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

EDUARDO GIACOMAZZI (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES PATRONAIS

CARLOS MIGUEL BARRETO DAMARINDO (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS

ISMAEL GIANERI (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS

ANA LÚCIA FIRMINO - (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE

JOSÉ CARLOS SALVADOR (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS

LUMENA ALMEIDA CASTRO FURTADO (TITULAR) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM

CLÁUDIO LUIZ DA SILVEIRA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM

CLÁUDIO ANDERSON RODRIGUES DE SOUZA (TITULAR) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM

MARGARETH ANDERÁOS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM

NEIDE APARECIDA SALES BISCUOLA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS LIBERAIS
MARCO AKERMAN (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PÚBLICA
MARIA DA PENHA MONTEIRO OLIVA (TITULAR) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA
JASON GOMES RODRIGUES SANTOS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA
VERA MARIA DA SILVA RIBEIRO (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PRESTADORES FILANTRÓPICOS
FÁBIO HENRIQUE SALLES (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
LUÍZ CARLOS BARBOSA ALVES – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
RITA DE CASSIA BATISTA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

III – Ausentes:

Em virtude da realização da reunião através de videoconferência, onde alguns conselheiros não puderam ter acesso ou relataram dificuldades no uso da ferramenta Microsoft Teams, os ausentes terão justificativa garantida.

ATA ELABORADA PELA EQUIPE TÉCNICA DO CMS/SP:

DENIZE CALVO COSTA – ASSISTENTE TÉCNICA

DIGITAÇÃO:

DENIZE CALVO COSTA – ASSISTENTE TÉCNICA
SUELI DE OLIVEIRA GIMENEZ – AGPP

REVISÃO GERAL:

JÚLIO CÉSAR CARUZZO – SECRETÁRIO GERAL

Reunião realizada online - Plataforma Teams

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS-SP: Às 14h15, verifica quórum e já pode iniciar a reunião.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Inicia a reunião cumprimentando a todos. Solicita ao secretário geral, Júlio César Caruzzo, que faça leitura da pauta.

Maria Aparecida da Conceição Prado de Camargo, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Pergunta se o presidente do CMS/SP – Secretário Édson Aparecido está presente nesta reunião.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Responde que até o momento não.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS-SP: - Renova votos de Feliz Ano Novo a todos. A AGP Miriam está acompanhando a reunião e está à disposição para qualquer questão. Lê a pauta:

Pauta da reunião:

- Aprovação das atas da 265ª Reunião Ordinária e 10ª Reunião Plenária Extraordinária
- Informe da mesa
- Informe dos conselheiros
- Informe das comissões

- Ordem do Dia.

Ordem do Dia:

- Situação da COVID-19 no município de São Paulo
- Planejamento do CMS/SP
- 21ª Conferência Municipal de Saúde de São Paulo
- COVISA - Situação após a reestruturação

Deliberações:

- Aprovação da questão de grupos de trabalho, de alimentação e nutrição
- Moção de repúdio ao cancelamento da gratuidade de transporte para cidadãos entre 60 e 64 anos no município de São Paulo
- Documento sobre a remoção de servidores dos hospitais e unidades de saúde municipais
- Nota técnica sobre vacinação contra COVID-19 em clínicas particulares.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Pergunta se há proposta de alteração ou inclusão de pauta.

Maria Aparecida da Conceição Prado de Camargo, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Propõe inversão da pauta. Que se coloquem as deliberações logo após os informes. Propõe incluir moção com relação ao tratamento que essa gestão está dando aos profissionais de saúde demitidos. Moção de repúdio à atitude da gestão municipal de São Paulo.

Convidada Paula: Pede mais transparência na sua Unidade. Desde 2019 solicita prestação de contas na UBS onde trabalha, mas não teve resultado. Funcionários e usuários desejam ter acesso à prestação de contas. Deseja encaminhar documento ao Conselho. Ficou sabendo que entraria na pauta hoje, já que este é o motivo que a traz à reunião.
Fala da região Oeste.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Vão acolher o que a Convidada Paula está dizendo e colocar na próxima pauta, caso não esteja. O documento será apreciado e poderá ser ponto de pauta em uma próxima reunião. Se sua sugestão for acatada, consistirá no último ponto. Provavelmente, a questão será discutida posteriormente.

Convidada Ana Rosa: Quer incluir um documento, que seja lido. Trata-se de situação muito grave, que envolve o próprio CMS. Quer que se faça resolução para votação. Relata que há perseguição política na SMS.

Rubens Alves Pinheiro Filho, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Questão de Ordem: - Pede que as pessoas se identifiquem.

Convidada Paula: Apresenta-se: É do Conselho Gestor de Saúde da UBS Rio Pequeno, no Butantã, gerente da UBS.

Convidada Ana Rosa: Também se apresenta. É ex-conselheira do CMS, atual conselheira do HSPM e do CRST Sé.

O documento vem assinado por 12 ou 13 entidades. Cita alguns:

- Movimento Popular de Saúde Pedreira e Cid. Ademar
- Mov. Popular de Saúde de Santo Amaro
- UMPS
- SINDSEP

- Secretaria da Mulher Trabalhadora da CUT Nacional
- Movimento de Saúde de Parelheiros e Marsilac
- Movimento de Saúde de M'Boi Mirim
Há outros movimentos, que ainda não foram citados.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: - Há dois pedidos de inclusão.

1- Transparência – solicitado pela Paula na Ordem do Dia – Consulta o pleno.
Marcelo é contrário.

Está registrado como quarto ponto de pauta

Cita os documentos apresentados por Julio na explanação da Ordem do Dia.

Tema abordado por Ana Rosa referente à perseguição política será abordado também.

Ao todo, há 5 documentos nas deliberações.

Convidada Luiza Reis: É conselheira da Supervisão Técnica de Saúde do Ipiranga, facilitadora de Educação Permanente para o Controle Social, e solicita incluir leitura do documento do manifesto pelo controle social de fato.

Convidado Francisco Freitas: Deseja dar à reunião espírito de ânimo em sua fala. Lamenta as mortes perdidas na Pandemia. Foram mais de 8000 vidas perdidas devido à atitude nefasta dos nossos gestores, causando muita dor e sofrimento à população. Reforça o pedido de inclusão de pauta da conselheira Maria Aparecida sobre a demissão de servidores de saúde. A gestão vira as costas para a população. Em qualquer gestão de bom senso, responsável, haveria demissão de funcionários públicos. A FACESP fez o encaminhamento desta moção de repúdio. Solicita apoio para a aprovação da medida.

Zandra Fátima Baptista, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários:
Concorda com Cida e Freitas.

Marcelo Monteiro Pinto, Conselheiro titular Representante do Poder Público: Incluir novas pautas prejudica as pautas já definidas, para as quais há preparação.

Rubens Alves Pinheiro Filho, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Estão com sobrecarga tão grande de trabalho e condições tão precárias, que fica preocupado com a quebra do ritual. Acha complicado não continuar com o ritual, cumprir as demandas agendadas. Quando entram novas demandas das regiões cobertas, é possível que se atrapalhe a reunião. No entanto, concorda com a importância da pauta proposta pela colega. Há questões fundamentais a serem colocadas, a demanda inicial deve ser resolvida. Ontem, houve uma reunião importantíssima e há relatório a ser apresentado que consta da pauta.

Maria Aparecida da Conceição Prado de Camargo, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Quer saber se a moção enviada pela FACESP será aprovada.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Coloca em consulta a aprovação das atas da 265ª e 10ª Extraordinária – Aprovadas ad. Referendum.

Deseja definir quem está definitivamente inscrito.

Aprovada a pauta – Paula como informe de conselheiro e documento da Maria Aparecida nas deliberações.

Pergunta à Maria Aparecida se as deliberações serão oficializadas antes ou após os Informes da Mesa.

Pergunta à colega se poderão entrar antes da Ordem do Dia ou no princípio da Reunião. Ressalta que quase sempre é impossível dar o Informe dos Conselheiros antes do final da reunião.

Maria Aparecida Da Conceição Prado De Camargo (Titular) - Representante Dos Movimentos Sociais E Comunitários: Pede que as deliberações sejam no início. Aprovada.

Deliberações:

1ª – Criação do GT de Trabalho, Nutrição e Alimentação.

Leandro pergunta quais conselheiros estão no comando.

Cirlene e Auxiliadora. Aprovado GT.

2ª – Moção de repúdio à retirada do transporte público dos idosos – Nadir faz leitura:

O CMS/SP, por meio de seus conselheiros, pela forma regimental, apresenta moção de repúdio e protesto contra retirada da lei do direito à gratuidade da passagem de ônibus, metrô, CPTM e EMTU para os idosos que estão na faixa de 60 a 64 anos de idade. Manifestam-se contra tal ato antidemocrático, considerado abuso de poder, concorrendo pelo retrocesso à garantia dos direitos da pessoa idosa, conquista adquirida ao longo de 7 anos com muita luta, e principalmente deixando de lado a heterogeneidade da população idosa, bem como suas várias velhices. Diante do exposto, após aprovação unânime na Plenária do CMS de 15/01/2021, seja encaminhado ao governo do estado, ALESP, secretário de transportes, prefeito, Câmara Municipal, secretário dos direitos humanos e cidadania.

CMS/SP; 15 de janeiro de 2021.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Consulta o Pleno quanto à aprovação da Moção de Repúdio – Aprovada.

3ª – Moção contra remoção dos servidores – demissão dos trabalhadores da saúde. Joyce faz leitura:

Moção de protesto contra a demissão dos trabalhadores de saúde:

“O CMS/SP, em sua 266ª Reunião Plenária Ordinária, de 15/01/2021, veementemente protesta contra a demissão dos trabalhadores de saúde da cidade de São Paulo, levado a cabo pelo Sr. Secretário Municipal da Saúde, Edson Aparecido e pelo Senhor Prefeito Bruno Covas.

Segundo o SINDSEP, 72 funcionários do Hospital Dr. Fernando Mauro Pires da Rocha - Campo Limpo / ZS;

45 funcionários do Hospital Carmino Caricchio - Tatuapé / ZL;

50 funcionários do Hospital Artur Ribeiro Saboya - Jabaquara / ZS;

7 funcionários do Hospital Dr. Inácio Proença Gouveia - Mooca / ZL

Neste sentido, este CMS/SP, não podendo abdicar de seu dever de defender o SUS, apresenta a presente moção pelas razões abaixo aduzidas:

1º - São Paulo é o epicentro do país na pandemia de COVID-19;

A segunda onda tem se mostrado mais virulenta em relação à anterior;

O número de infectados e óbitos só cresce;

A cidade de São Paulo registra 61% da taxa de ocupação dos leitos de UTI destinados a pacientes de COVID-19;

2 hospitais municipais da rede já não têm mais vagas;

O hospital Vila Santa Catarina e a Santa Casa de Santo Amaro têm 100% de lotação;

Não existem mais hospitais de campanha.

2º - Demitir trabalhadores de saúde como enfermeiros, técnicos, auxiliares, médicos e outros profissionais contratados emergencialmente em quadro de grave crise sanitária é ato de absoluta irracionalidade e fere o princípio da moralidade, que ao lado de outros deve presidir os atos da administração pública conforme artigo 37 da Constituição Federal.

3º - A precarização dos vínculos trabalhistas, deterioração das condições de trabalho, arrocho salarial, ausência de concursos públicos, privatizações, entregas de equipamentos de saúde às OSS, terceirização,

dentre outras mazelas, são medidas que enfraquecem o SUS e agravam o quadro da pandemia na cidade de São Paulo.

4º - Ao lado da pandemia de Covid, há o desemprego batendo à porta de mais de 14,3% da população. Mais de 14 milhões de brasileiros estão desempregados. A PMSP contribui com o agravamento deste flagelo bastante conhecido da maioria dos brasileiros, o desemprego, concorrendo para a piora no atendimento dos serviços de saúde à população em plena catástrofe sanitária.

5º - Todavia, não só apenas os trabalhadores da saúde sofrem com o imprevisto substituindo as políticas públicas de saúde. Os usuários também padecem de todos os males relatados nos itens anteriores. Não fosse assim a saúde não seria a área em que os paulistanos mais enfrentam problemas, segundo a pesquisa IBOPE realizada em setembro passado.

Além de perguntar qual a área prioritária aos paulistanos, o IBOPE pediu que se listasse os serviços mais problemáticos. Na soma das porcentagens das respostas, mais uma vez a saúde ficou em primeiro lugar com 62%. Ou seja, 6 a cada 10 paulistanos incluem a saúde entre suas 3 principais preocupações. É a prova de que o mito da eficiência no setor privado de saúde é tão falso quanto o chefe dos negociacionistas no Brasil.

Destaque, após aprovação deste pleno do CMS/SP, requer-se que seja encaminhada a presente moção ao Sr. Secretário Municipal de Saúde, Edson Aparecido; ao Sr. prefeito Bruno Covas, ao Sr. Presidente da Comissão da Saúde da Câmara Municipal de São Paulo, ao Ministério Público de São Paulo pela promotoria da saúde, para que os trabalhadores de saúde demitidos sejam readmitidos imediatamente.

Assim assina,

CMS

Documento assinado pela FACESP.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Consulta o Pleno.

Marcelo Monteiro Pinto, Conselheiro titular representante do Poder Público: É contrário – pede vistas a esse documento, solicita que funcionário do RH esteja presente para explicar motivação das demissões.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: O documento já foi lido e o pedido de vistas deve ser feito previamente. Quando um documento é trazido e há discordância, pode ser pedido vistas, mas antes da leitura. Como não houve manifestação quando perguntou, ele foi lido. Como já foi apresentado, tem que consultar o Pleno.

Drausio Soares Filho, Conselheiro Suplente, Representante do Poder Público: Ia pedir vistas, e pede que seja concedida ao Marcelo porque não conhecia o teor do documento. Não há como aprovar a moção sem se tomar o conhecimento do por que destas demissões. Isso poderia, realmente, ter sido feito antes da leitura da moção.

Maria Aparecida da Conceição Prado de Camargo, Conselheira Titular Representante Dos Movimentos Sociais E Comunitários: A gente vê o despreparo dessa gestão. Foram lidos dados do IBOPE de setembro, parece que a gestão não teve acesso a esses dados. Não sabe quem são Marcelo e Drausio, porque não os conhece. Não devem gerar discussão as deliberações. Vistas devem ser pedidas antes. Não está sendo desrespeitosa. Está na sua fala.

Drausio Soares Filho, Conselheiro Suplente representante do Poder Público: - Questão de Ordem: - Estão pedindo entendimento do fato. Não houve desrespeito.

Zandra Fátima Baptista, conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: As demissões foram realizadas de forma desumana, pois os funcionários foram somente comunicados no momento da demissão. Foram comunicados através dos meios de comunicação. É a favor da moção. Já que se fala tanto em humanidade, é injusto o que fizeram com trabalhadores de mais de 10 anos. Não importa se são de contrato emergencial. Como o próprio secretário disse, a pandemia está aumentando. E dispensam funcionários experientes? Não faz sentido. É desumano.

Convidada Miriam Carvalho de Moraes Lavado- AGP da SMS: Expressa a preocupação com a condução do processo de votação. As pessoas precisam entender o contexto para estarem aptas para votarem. Se manifestou anteriormente. Não está havendo espaço para a manifestação adequada, e chama a atenção para este ponto. O pedido de vistas foi feito durante a leitura. Pede a atenção para respeito ao regimento. O ambiente virtual de reunião requer atenção a alguns aspectos. Chama atenção ao direito de manifestação e conversa em ambiente democrático.

Marilda Silva Sousa Tormenta, Conselheira titular representante do Poder Público: Levantou a mão para manifestação e diz ter sido esquecida pelo Leandro, coordenador da reunião. Deve-se ouvir as pessoas. Sugeriu montagem de pauta pela quantidade de deliberações. Queriam mais esclarecimentos sobre as deliberações. Fala para a conselheira Maria Aparecida que representam um segmento neste Conselho. Seu nome é Marilda Tormenta e representa a gestão da região do centro, como todos os colegas presentes. Se não há reconhecimento dos conselheiros paritários, solicita que haja reconhecimento como trabalhadores e trabalhadoras. Não é a primeira vez que levanta a mão e não é atendida. Há de se haver respeito e gratidão. Deve haver compartilhamento de saber. Tem 30 anos de serviço. Às 14h40 levantou a mão e queria esclarecimentos. Por isso o pedido de vistas. Há documentos que chegam em cima da hora. Por isso existe a Comissão Executiva. Gostaria que houvesse respeito.

Maria Auxiliadora Chaves Da Silva, conselheira titular, representante Do Movimento Popular De Saúde Leste: Esclarece que a Marilda foi chamada três vezes e não atendeu. Está gravado.

Marcelo Monteiro Pinto, Conselheiro Titular, Representante Do Poder Público: Reitera seu pedido de vistas a esse documento. Não tem certeza sobre o conteúdo do documento. Portanto, não se sente à vontade para votar. Foi um fim de contrato? Houve demissão? É funcionário da SMS há 20 anos. Pertence à AGP da região Oeste. É conselheiro, assim como a Maria Aparecida.

Convidada Lourdes Estevão: A gestão deveria saber que esse tema seria abordado. Assunto está na mídia. Estão falando de contratos irregulares. Contratos regulares têm um ano e mais um de renovação. Estamos num momento adverso mundial de emergência nacional e internacional. Há número enorme de mortes e São Paulo é epicentro. Tirar trabalhadores da roda de assistência tem impacto. A cada 8 minutos um paciente morre vítima de COVID-19. São trabalhadores experientes, atuando no combate à COVID 19. Foram contaminados e não tiveram direito à consulta para saber se tiveram sequelas. Querem a reconstrução. A moção foi muito bem feita e admira-se que a gestão não tenha compreendido.

Convidado Robson Borges, Presidente do Conselho Municipal de Embu das Artes: Cumprimenta a todos. É de Embu das Artes – Presidente do Conselho Municipal de lá. Precisa haver apoio e ligação, defender o SUS, usuários, trabalhadores e bons gestores também. A maior bandeira é da defesa do usuário e trabalhador. Deve-se fazer trabalho digno e louvável. Considera a moção muito importante. Tem que dar as mãos. Estão numa pandemia e muitas pessoas estão morrendo. Os profissionais da saúde também são seres humanos, e correm riscos, contam com situações difíceis. Considera plausível a moção, que tem o seu apoio. Convida a todos para participarem.

Convidada Ana Rosa: Desconhece que seja possível vistas para moção. Se não concorda, vota contra. Esclarecimentos são pedidos para os postulantes.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Cita o regimento quanto a pedido de vistas.

Passa à votação nominal dessa moção apresentada.

Auxiliadora – sim, Adriana – sim, Marcionília – sim, Dimas – sim, Rubens – sim, Cirlene ---, Maria Aparecida – sim, Zandra – sim, Marta – sim, Mário – sim, Vita/Nadir – sim, Erivalder – sim, Pâmella/Gilberto – sim, José Henrique – sim, Erivalder – sim, Deodato – sim, Leandro – sim. Silas –sim, Alexander – sim, Jorge Harada – sim, Reinaldo – sim, Fernanda ---/Vera---, Francys – abstenção, Nilza/Rita ----, Marcelo – não.

20 votos a favor/ 1 ao contrário/1 abstenção.

Aprovada a Moção.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Passa às demais deliberações. Nota técnica sobre vacinação em clínicas particulares.

José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Não tiveram tempo de fazer. Tema fica prejudicado.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Passa à situação sobre uma funcionária que tem a ver com o controle social. Pede que seja feita a leitura do documento.

Convidada Luiza Reis faz leitura:

Manifesto por um controle social de fato e não apenas um artigo da Constituição Federal.

Nós, representantes das entidades sindicais e movimentos sociais em saúde, fazemos abaixo assinado considerando a Constituição Federal de 1988, em especial os artigos 5, 198 204 e 206. Considerando a Lei Orgânica do Município, a lei n° 12.546 de 07/01/1998, que dispõe sobre o CMS a lei n° 13.325 de 8 de fevereiro 2002, que dispõe sobre conselhos gestores de saúde no município de SP a Portaria n° 3027 de 2007, que institui a Política Nacional de Gestão estratégica e participativa; a portaria n°1996 de 2007, que institui a política nacional de educação permanente para o controle social.

A expertise de um funcionário do PMSP como bem público que deve estar a serviço do mais abrangente e servir à sociedade paulistana; considerando a formação de funcionários públicos como investimento, que tem entre fontes de recurso o imposto pago pela sociedade pelo contribuinte; considerando a formação de técnica municipal que dependa no mínimo de 10 anos de estudo, dedicação prática e profunda identificação com a temática escolhida para carreira profissional.

Considerando que sociedade civil organizada depende que o funcionário de carreira viva sua missão de ser servidor público, faz-se necessário exercitar a cultura de paz e comunicação solidária como atitude na construção de políticas públicas capazes de firmar pacto pela vida essencial em momento de crise sanitária.

Deve-se valorizar a participação social na formulação de políticas públicas de saúde atuando individual e coletivamente pela sociedade civil organizada; reafirmar a importância da política de gestão estratégica e participativa que envolve eixo da participação e do controle social para construção da política municipal de educação permanente para o controle social em processo de trabalho pelo grupo de trabalho de educação permanente para o controle social GPEPCS, ligado ao CMS.

Destacamos ainda, entre outras coisas, os seguintes desafios:

- *Aprimoramento da estrutura para funcionamento dos conselhos gestores de saúde e também do CMS*

- *Urgência em discutir sobre concepção, formato, atribuições, necessidades e sintonia entre gestão e conselhos em diferentes níveis de conselho tendo por base legislação pertinente*

- *Pelos motivos expostos em defesa dos profissionais que se dedicam à política de participação e controle social de fato. Já solicitamos o devido respeito para com a experiência adquirida ao longo dos anos por esses profissionais a fim de colocá-los em posição que de fato atenda ao melhor interesse da sociedade e gestão pública.*

Janeiro de 2021

Assinam o manifesto 30 entidades:

- *Brigada pela Vida de São Paulo*
 - *Movimento Popular de Saúde Sapopemba*
 - *AMAAF*
 - *MDF*
 - *Maria Teresa Pereira de Nobrega*
 - *Movimento Popular de Saúde da Vila Mariana*
 - *União Brasileira de Mulheres*
 - *Observatório Brasileiro de Políticas Públicas voltadas às minorias*
 - *Direito Achado na Rua*
 - *Coletivo de Proteção aos Direitos Humanos*
 - *SAMPA*
 - *Movimento Popular de Saúde Capela do Socorro*
 - *Leandro de Souza Antonio*
 - *Pricila Gomes Souza*
 - *Grito dos Excluídos*
 - *Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT*
 - *Radialista da Comissão de Políticas Permanentes*
 - *UMPES*
 - *Fórum Regional de Saúde SUL*
 - *SINDSEP*
 - *Movimento Popular de Saúde de Cidade Ademar/Pedreira*
 - *Movimento Popular de Saúde de M'Boi Mirim*
 - *Movimento Popular de Saúde de Santo Amaro*
 - *Movimento Popular de Saúde Sudeste*
 - *Sindicato dos trabalhadores de administração pública e autarquia do município de São Paulo*
 - *Associação Popular dos Moradores do Jardim Piratininga*
 - *Movimento Popular de Saúde Parelheiros*
 - *Movimento Popular de Saúde Jabaquara*
 - *Rede de Proteção à pessoa de Idade Jabaquara*
 - *Rede de proteção da saúde da criança de adolescente por uma cultura de paz / Jabaquara.*
- Agradece a atenção de todos. Conta com a sensibilização da gestão.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Pede esclarecimentos por que razão está sendo feita essa manifestação.

Convidada Luiza Reis: Está havendo desmonte do controle social, está havendo destituição de pessoas que fazem o controle social funcionar. A resolução é mais precisa.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: - Passa à Ana Rosa para aprovar resolução.

Convidada Ana Rosa: Resolução sem número de janeiro de 2021:
O Plenário do CMS, em 266ª Reunião Plenária Ordinária, de 15/01/2021, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela lei nº 12546 de 07/01/1998, que dispõe sobre o CMS e demais modificações e atualizações. Considerando a Constituição Federal de 1988, em especial artigos Constituição Federal de 1988, em especial os artigos 5, 198 204 e 206. Considerando a Lei Orgânica do Município, a lei nº 12.546 de 07/01/1998, que dispõe sobre o CMS a lei nº 13.325 de 8 de fevereiro 2002, que dispõe sobre conselhos gestores de saúde no município de SP a Portaria nº 3027 de 2007, que institui a Política Nacional de Gestão estratégica e participativa; a portaria nº1996 de 2007, que institui a política nacional de educação permanente para o controle social. Considerando-se que expertise de um funcionário do PMSP como bem público que deve estar a serviço do mais abrangente e servir à sociedade paulistana; considerando-se a formação de funcionários públicos

como investimento, que tem entre fontes de recurso o imposto pago pela sociedade pelo contribuinte; considerando-se a formação de técnica municipal que demanda no mínimo de 10 anos de estudo, dedicação prática e profunda identificação com a temática escolhida para carreira profissional.

Considerando-se que sociedade civil organizada depende que o funcionário de carreira viva sua missão de ser servidor público, faz-se necessário exercitar a cultura de paz e comunicação solidária como atitude na construção de políticas públicas capazes de firmar pacto pela vida, essencial em momento de crise sanitária.

Deve-se valorizar a participação social na formulação de políticas públicas de saúde atuando individual e coletivamente pela sociedade civil organizada; reafirmar a importância da política de gestão estratégica e participativa que envolve eixo da participação e do controle social para construção da política municipal de educação permanente para o controle social em processo de trabalho pelo grupo de trabalho de educação permanente para o controle social GPEPCS, ligado ao CMS.

Destacamos ainda, entre outras coisas, os seguintes desafios:

- Aprimoramento da estrutura para funcionamento dos conselhos gestores de saúde e também do CMS;

- Urgência em discutir sobre concepção, formato, atribuições, necessidades e sintonia entre gestão e conselhos em diferentes níveis de governo tendo por base legislação pertinente.

Diante dos motivos expostos e no exercício de nossas atribuições, resolve:

1. Reafirmar que, embora a gestão tenha a prerrogativa de escolher com quem trabalhar, o realocamento dos trabalhadores e trabalhadoras dispensados deve levar em conta a experiência e expertise profissional, o investimento pessoal e público na formação desse profissional, além da necessidade desse profissional em outros locais/setores carentes de sua atuação.

2. Reafirmamos que essa expertise leva tempo para se formar. A saúde não pode desprezar quem pode, no momento, disponibilizar tais conhecimentos.

3. Reafirmar que o controle social pode e deve se posicionar em prol de trabalhadores e trabalhadoras que detêm conhecimentos fundamentais para atuação e aprimoramento, razão pela qual solicita e solicitará sempre que necessitar a contratação/empréstimo/prestação de serviço dos trabalhadores tão necessários à sua atuação.

Assim o CMS/SP vem requisitar reunião para apresentação de lista dos profissionais necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, e abrir negociação para incorporá-los ao quadro funcional.

Jorge Harada, Conselheiro Titular representante da Universidade Pública: É favorável às propostas. Esse assunto não se esgota com a aprovação. Mas como se faz para fortalecer o controle social em defesa do SUS e da democracia? - Pergunta. Acredita tratar-se de defesa do SUS, democracia e vida. Montar uma estratégia, comunicação social, questão intersetorial. Acha que falas de Luiza e Ana Rosa se complementam, mas há questão mais ampla envolvendo comunicação social e intersetorial, etc. O controle social só se faz com disputa e só se conquista dessa forma. Pergunta se há alguém contrário às propostas apresentadas.

Flávia Anunciação do Nascimento, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais

Gerais: É favorável aos dois documentos. Democracia não é prerrogativa de apenas um segmento, mas sim para as duas pontas. Já houve movimentos antidemocráticos anteriores. O acúmulo de saber de funcionário público é patrimônio dos usuários, e não pertence só ao trabalhador. Ocorre sistemática fragilização dos trabalhadores e do controle social para com os usuários. Concorde com Harada: Precisam trazer essa discussão para o Conselho, e observar onde a gestão está atuando para fragilizar o Controle Social. É necessário atuar e deliberar nestas questões.

Vita Aguiar De Oliveira, Conselheira Titular, Representante dos Portadores de Patologias: Fala da pessoa da Sudeste que não está mais no cargo e tem bastante conhecimento. É favorável aos documentos.

Os trabalhadores da indireta ficam com receio de se manifestarem quanto ao controle social por medo de serem demitidos. Este segmento deve ser chamado para conversa, pois são CLT e podem ser demitidos. Vivemos época de violento desemprego. Avalia como as leis podem amparar os profissionais, trazer a democracia. Tem que haver discussão, evolução para sociedade mais justa e civilizatória.

Anderson Pereira Lopes, Conselheiro Titular Representante Do Movimento Popular de Saúde Sul: Com relação à Regina, são favoráveis aos documentos. O segmento dos usuários é totalmente favorável ao documento. Esta trabalhadora tem cargo estratégico, é importante por sua interlocução. Pedem apoio a esses documentos.

Convidada Paula: Manifesta apoio à moção. Fala que os funcionários das OSS ficam retraídos em dar opinião. Usuários também sofrem quando pedem informações, já foi destituída ilegalmente do cargo simplesmente por pedir informações. Entrou na Justiça e voltou. Tem que haver respeito mútuo e servir bem o paciente.

Alexander De Carlo Freitas Navarro, Conselheiro Titular, Representante Das Associações de Profissionais Liberais: É usuário do SUS. Faz questionamento e vê muitos embates sobre contestações, contratações e demissões; benefícios... Falta a visão do usuário e sobre os problemas de dentro do SUS. Sua mãe faleceu dia 6 último. Exatamente 20 dias antes, ela implorou para os médicos receitarem tratamento precoce e não foi atendida. UBS Mata Virgem. Ela foi piorando em casa. Foram para UPA Pedreira, onde pediu novamente por tratamento precoce e não teve seu pedido atendido. Fez exame na UPA. Por fim, foi internada no Hospital Pedreira de onde saiu no caixão. Quer saber o que está acontecendo quando alguém pede tratamento precoce, porque no convênio as pessoas conseguem. Quer saber o que está acontecendo no SUS. Seu pai e irmão também solicitaram tratamento precoce, mas tiveram pedido negado.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Sugere que o Alex faça documentação, com explicações minuciosas sobre sua situação, e encaminhe para o e-mail do CMS.

Convidado Dimitri: Pede cópia do documento, e que Alex deixe seu contato no chat para posterior contato.

José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Pede que se detalhe o que é tratamento precoce.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Acata sugestão de Erivalder, pergunta a Alex qual a sua região. Orienta que ele procure um conselheiro da região Sul, que é a pertinente à Cidade Ademar, onde vive. Pede que o conselheiro da SUS e Dimitri auxiliem Alex na produção do documento.

Convidada Mirta, Conselheira Titular do Conselho Gestor, representante do segmento Usuário: É da Região Leste, há mais de 20 anos atua no Conselho – Conselho Gestor – segmento usuário. Está há 10 anos na Zona Sul. Está feliz em estar aqui. Gosta das reuniões online, acha que as questões dos segmentos são resolvidas. Agradece a oportunidade. Pede que esses documentos sejam votados, se a resolução sairá ou não. O problema dos Conselhos Gestores é que só os usuários votam e os trabalhadores temem ser punidos. Quando o gestor concorda com a gente, o governo tira. É necessário que a resolução saia, a fim de se construir um SUS para todos.

Adriana Ramos Costa Mateus, Conselheira Titular, Representante Do Movimento Popular De Saúde Sudeste: Pede que esses documentos vão para os fóruns.

Jorge Harada, Conselheiro Titular representante da Universidade Pública: Solicita que se faça ouvidoria municipal.

Convidada Miriam Carvalho de Moraes Lavado- AGP da SMS: Insere site - ouviprodse.saude.gov.br - Cadastro de Saúde via portal; a fim de se registrar dúvidas na Ouvidoria.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Agradece a participação dos conselheiros e convidados que se manifestaram, por ajudar o Conselho a evoluir. Agradece o Harada e a Miriam pela contribuição no chat. Também parabeniza manifestação de Alex. Ressalta a Ouvidoria como espaço a ser trabalhado. Entende que a maioria das manifestações é favorável. Ainda assim, vê necessidade de votação nominal. Consulta o Pleno – Votação nominal:

Auxiliadora – sim, Adriana – sim, Nila – sim, Dimas – sim, Rubens – sim, Cida – sim, Zandra – sim, Marta – sim, Mário – sim, Vita – sim, Margareth – sim, Gilberto – sim, Jorge Harada –sim, Erivalder – sim, Deodato – sim, Leandro – sim, Silas – sim, Alexander – sim, Jorge Harada – sim, Reinaldo ---, Fernanda---, Francys – sim, Marcelo – abstém.

20 votos favoráveis – 1 abstenção.
Aprovados os documentos.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Passa aos Informes da Mesa.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS-SP: - Substituição segmento usuários. Joyce Néia G. da Costa em substituição a Jonathan Silva - Movimento Social Comunitário.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Agradece ao Julio. Foi solicitada pauta para debate da participação do controle social e implicações de relações entre todos os membros do controle social - gestão, trabalhadores, usuários; e quais os limites existentes nessas relações - qual o papel de cada um, qual o papel da AGP, etc. Tudo isso estará na próxima reunião do Pleno. Pergunta se há algum voto contrário. Diante da negativa, é oficializada: Tal pauta estará na próxima reunião. Passa aos Informes dos Conselheiros e Comissões. Reitera o limite de 2 minutos por fala.

Margaret Aparecida de Oliveira Preto, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Se apresenta. Representa o Segmento Usuários e Portadores de Patologias. Receberam denúncia sobre falta de medicamentos na região norte. Cita medicamentos:

- Carbamazepina 20 mg suspensão oral
- Carbamazepina 200 mg comprimido
- Risperidona 2 mg
- Valproato de sódio 624 mL
- Valproato de sódio 156 mg comprimido
- Sertralina
- Prometazina Cloridrato 25 m

Fraldas também estão em falta. Há mais de 06 meses não há dispensa nas unidades.

Em outras unidades, falta:

- Neuleptil 400 mg
- Neuleptil 100 mg
- Neuleptil 10 mg comprimido
- Nitrazepam 5 mg
- Brometila Cloridrato 10 mg
- Donepezila Cloridrato 10 mg

- Donepezila Cloridrato 5 mg - comprimido

As unidades referentes a essas denúncias são:

- UBS Chora Menino
- UBS São Remo
- UBS Jardim Antonio Eirado
- AMA/UBS Lauzane Paulista
- UBS Massagista Mario Américo
- CAPS Infantojuvenil III Santana

Ainda há relato de falta de psiquiatra para atendimento. A denúncia será devidamente protocolada e registrada.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Orienta que reclamação seja formalmente protocolada.

Nadir Francisco do Amaral, Conselheiro Suplente representante dos Portadores de Patologias: Convida a todos para evento Catraca Livre – 60+ ato virtual. No whatsapp há todas as informações. Trata-se de um Coletivo de Direitos Humanos à pessoa idosa.

Débora Aligieri, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: - Se apresenta. Fala em relação a situações do centro - Com relação à UBS Santa Cecília: Em dezembro houve apresentação de aprimoramento aos cuidados a pessoas com diabetes. Para funcionários do IABAS e para o Conselho Gestor. Há muitas reclamações contra o IABAS, que assumiu inadequadamente a gestão da unidade, contra o Conselho Gestor que não aprovou essa medida. Há uma denúncia por semana, desde dezembro, sobre falta de atendimento, desrespeito aos usuários e trabalhadores, etc. Não para. É muito problema. Sobre o programa de hormonioterapia da UBS Santa Cecilia - estão aguardando a resposta do Secretário. Questiona a Miriam se há data para reunião para falar do assunto. Teve reunião do BID, fizeram vistoria, há sérios problemas e irregularidades em relação ao atendimento dos idosos. Consulta o conselho sobre o SAE Campos Elíseos - há violência contra funcionários sem segurança. É necessário acesso direto à estação Julio Prestes para mais segurança. População largada. Recebeu pedido de compartilhamento de informe de como acessar o cartão SUS na unidade. E veio como logo da empresa de iniciativa privada. Quer saber se pode isso. Achou esquisito.

Gilberto Frachetta, Conselheiro Suplente representante da Pessoa com Deficiência: Justifica ausência da Pamella, por problema de internet que impossibilitou sua entrada na sala de reunião. Na terça, houve reunião sem quórum, impedindo deliberação. No entanto, houve consenso sobre duas questões: Fala da portaria 507 que fala de remoção. Foi lido documento elaborado por funcionários da administração direta na reunião do Conselho Gestor da região. Gostaria que a carta fosse lida. Vão encaminhar carta ao CMS. Já enviou por e-mail ao Júlio. Se possível, que seja lida. A Paula já falou e houve questão da transparência, que precisa ser pautado no CMS de acordo com a reunião de terça-feira. Assunto será visto na próxima reunião, falou Leandro.

Rubens Alves Pinheiro Filho, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Concorda com as colocações de Gilberto. Como conselheiro da Zona Oeste, assim como Giovanildo, preocupa-se porque tem recebido denúncias locais no Conselho de Supervisão do Butantã, incluindo fatos da UBS Rio Pequeno. Espantou-se com o fato da Sra. Paula expressar denúncia, pois tal assunto ainda seria tratado ao longo desta semana, para que não haja interferência. Isso demonstra que o problema que passa pelo conselho de supervisão do Butantã afeta a todos da reunião. Desde março do ano passado não há quórum do Conselho, o que tende a afetar segmento de interesse de usuários e trabalhadores. Procura fazer acontecer interação, e apenas a Executiva não basta. Solicita que se faça reunião - ainda falará com Gilberto - para que essa e outras questões envolvendo reclamações de UBS sejam atendidas. Muitas reclamações recaem sobre o conselheiro Giovanildo e são a nós repassados. O

Gilberto é fator importante na reunião, mas para que não haja ingerência as manifestações devem ser repassadas de maneira uniforme. Seu telefone está a disposição da Sra. Paula, para que questões abrangentes sejam abordadas.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Reorganiza lista de inscritos. Lembra que agora os uniformes são dos conselheiros. Propõe limite no número de inscritos. Os informes se encerrarão com a participação da Flavia.

Maria Aparecida da Conceição Prado de Camargo, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Tomou conhecimento antes do informe-denúncia que fará agora. Vai fazer relatório e enviar para Comissão de Políticas responder na próxima reunião - Saúde Bucal abandonada no município de São Paulo. No dia anterior, soube que não há referência de saúde bucal na zona norte. Foi o que lhe foi dito na UBS. Um equipamento de RX está inoperante há mais de um ano e meio. Quem precisa de RX é encaminhado para a Radionorthe, empresa particular que fica na Avenida Mazzei. Foi informada que preços especiais são oferecidos a quem é cliente SUS - Pasmem! Fala de outras doenças abandonadas. Não há exames, cirurgias eletivas, saúde ocular. Cadê o CROSS e o SIGA? - Reflete. Já fez outras denúncias sobre o RX. Nada mudou. Querem novamente um país de “desdentados”? Quer saber quem é o dono de tal clínica.

Vita Aguiar De Oliveira, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Fala das organizações do Sudeste - STS Vila Mariana / Jabaquara. Ontem houve reunião do conselho gestor. Várias inaugurações foram colocadas - UPA Jabaquara em 25/01; Hospital Brigadeiro com 100 leitos de COVID, sendo 10 de UTI; Em 01/02 haverá transferência do amparo maternal pela SPDM. Em 15/02 será inaugurada a UPA Vila Mariana. O AMA Santa Cruz virará UBS Vila Mariana, com algumas especialidades. Observou que a verba é da SPDM como falaram. É feita reforma pelo BID do Centro de Referência de Homeopatia e Acupuntura, dentro de onde é incorporado o Centro de Referência da Dor Crônica, como fibromialgia. Quem vai administrar também será a SPDM. UPA Jabaquara e Vila Mariana terão atendimento 24 horas. UPA Vila Clara e Vila Canaã foram reformadas. Houve muitos problemas, envolvendo teto, calhas e pisos. Ontem, engenheiros da SPDM explicaram que falta prazo de 45 dias para finalizar reformas. A Sudeste recebeu essas informações. A Prefeitura passa a verba para a SPDM, e não o contrário. Pediu o Contrato da UPA para verificar se vai funcionar e o que está no papel.

Anderson Pereira Lopes, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sul: Tem informe referente ao Hospital do Campo Limpo - Demonstra sua frustração com a demissão dos trabalhadores, via e-mail às 22h. É um descaso, um desrespeito. Informa sobre a mudança no hospital. No Hospital do Campo Limpo, Dr. Vacarezza saiu em 31 de dezembro. Entrou o Dr. Nassif, de caráter direto – querem cargo técnico e não político. O Dr. Nassif foi o coordenador do PS. Aguardam com ansiedade tal alteração.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Retoma o foco da discussão. Que se atentem à duração da reunião.

Patrícia Perez e Silva de Freitas, Conselheira Suplente representante dos Portadores de Patologias: Fala sobre assédio sexual dentro das UBS. No final de dezembro, receberam documento pela IABAS acerca de 3 denúncias de violência sexual por funcionárias. As 3 foram demitidas. Algo gravíssimo. Hoje ocorreu estupro dentro do Hospital Ermelino Matarazzo, médico estuprou funcionária da limpeza. Isso é grave e precisa ser pautado no CMS. É preciso abrir canal seguro para que as funcionárias possam fazer esse tipo de denúncia. A ouvidoria da IABAS não funciona. Muitas pessoas são submetidos a desgaste psicológico, emocional. Fala da falta de fraldas descartáveis e falta de psiquiatras; além da falta de medicações já abordada previamente.

Flávia Anunção do Nascimento, Conselheira Suplente, representante das Entidades Sindicais Gerais: Preocupam-se com o contrato com empresa acusa de trabalho análogo a escravidão na reforma do HSPM. Há problemas estruturais, de acabamento. Espera-se que as inadequações sejam reparadas. Que o Secretário receba comissão de trabalhadores. Referente à situação no SAE - É importante que o secretário receba comissão de trabalhadores. Em único dia, houve mais de 20 assaltos. Há usuários feridos, que tiveram dentes arrancados por agressão física. Faz apelo que o Secretário receba as ideias e as acate. O local da UBS Santa Cecília conta com problema de administração pública. É triste que a porta do gabinete do Secretário esteja fechada a essa parcela da população.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Agradece Flávia por sua intervenção. Pede que Miriam ouça os informes de Comissões e que os coordenadores sejam sintéticos. A esse ponto da reunião, ainda nem entraram em pontos de pauta. Pergunta aos conselheiros se estes querem que a Miriam entre agora ou depois. Foi decidido que Miriam fale depois. Pede que os conselheiros cujas comissões tenham informes se manifestem.

José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: - Comissão da CIST – Importante. Ontem teve reunião com o MPT – estavam presentes: - Leandro, Flávia, e ele pelo CMS. Foi discutida com o MPT a questão específica da COVISA – a constituição da mesa de negociação com a SMS. Esta mesa tem a seguinte composição: - 1 da CIST, 1 do SINDSEP, 1 do CMS, 1 do DIESAT, 4 da Comissão da COVISA, 1 TCM e 1 da SMS da COVISA. Já tem pauta estabelecida – baseada em 2 documentos, 1 elaborado pelo pessoal da COVISA e também do relatório do TCM. Documento elaborado pelos trabalhadores da COVISA com participação importantíssima da Flávia. 1ª reunião dia 21/01, depois 28/01 e 09/02. Vão apresentar relatório final para o MPT que não estará devidamente envolvido, mas poderá ser chamado. Foram solicitadas autorizações à Dra. Tatiana para autorização de entrada de ouvintes às reuniões do CMS. Solicitação foi acatada. O link foi disponibilizado a algumas pessoas, que não puderam entrar.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Propõe que cada comissão faça resumo do informe da comissão, passe para o Júlio. Os informes são importantes, mas têm se alongado muito. Ainda nem chegaram à Ordem do Dia. É preciso fazer uma rodada de conversa sobre a COVID e pelo menos um combinado sobre a história do CMS e Conferência Municipal, além da Eleição da Comissão Organizadora. Convida a Miriam para uma devolutiva e depois voltar. Propõe que, nas próximas reuniões, os conselheiros venham com minuta de informe enxuta, tanto de conselheiros quanto de comissões, promovendo agilidade. Não é possível que se fique tantas horas em reunião sem concluí-la. Estabelece teto para reunião às 18h30. Consulta o Pleno sobre suspender agora os informes, passando uma súmula no grupo, que conste da ata. Leva à votação. O compromisso deve ser de todas as comissões.

Débora Aligieri, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Sugere que a súmula esteja disponível para a Comissão de Comunicação, para publicação no Facebook para conhecimento da população.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Fará síntese e adicionará ao grupo para avaliação.

Convidada Miriam Carvalho de Moraes Lavado - AGP da SMS: Precisa de detalhes dos informes para poder dar sequência nos trâmites e dar devolutiva. Quanto à reunião sobre a hormonioterapia, ainda não tem resposta ou data definida. Quanto à solicitação da Flávia, que seja feita solicitação formalmente. Estamos num momento crucial, eminência da liberação da vacina, até antecipadamente, organização nos próximos dias. Compartilhou o boletim do COVID de ontem. Não tem convidado da Secretaria da Educação por conta da organização da vacinação.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Como a Miriam está na mesa técnica, pode fazer abertura sintética. Pergunta se há convidado da Educação presente, para discutir a volta às aulas, vacina, testes, atualização, etc. Pergunta a Miriam se ela trouxe convidado da área e situe os presentes para contribuir com o debate.

Convidada Miriam Carvalho de Moraes Lavado - AGP da SMS: É momento crucial, pois há a iminência da liberação da vacina, inclusive com alteração de data. Muitas etapas vêm sendo organizadas. Pede desculpas, mas não conseguiu convidado devido à mobilização para que a vacina inicie nos próximos dias. Partilhou, via chat, o boletim de ontem de casos de COVID, que é atualizado dia a dia. Os boletins são públicos, estão no site da Secretaria.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Pede que Miriam antecipe, durante a semana, novidades apresentadas após oficialização do calendário de vacinação. Considera interessante ouvir opiniões acerca do retorno às aulas, após deliberação estadual para retorno imediato das aulas, postergado pela PMSP para o dia 15. Retoma a reunião. Solicita presença de Erivalder, Flavia, e outros membros da mesa técnica Coronavírus.

José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Fez convite para 2 companheiros do SINDSEP atuantes na Educação nesta reunião. Não sabe se estão presentes.

Flávia Anunciação do Nascimento, Conselheira Suplente, representante das Entidades Sindicais Gerais: Tem 2 convidados desde o início da reunião, a pauta da educação é importantíssima. Que este CMS ouça a situação que o pessoal da educação está defendendo.

Deodato Rodrigues Alves, Conselheiro titular, Representante Das Entidades Sindicais Categoria Saúde: – Questão de Ordem: Para ganhar tempo, gostaria de fazer proposta. Que um Pleno extraordinário seja feito com tema de volta às aulas com pessoal da Educação e COVID.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Consulta o Pleno.

Flávia Anunciação do Nascimento, Conselheira Suplente, representante das Entidades Sindicais Gerais: Os convidados da Educação estão esperando para falar desde o início da reunião. Propõe Pleno Extraordinário para discutir questões mais distantes desta, pois há relevante intersecção entre Saúde e Educação.

José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Propõe discussão preliminar, respeitando os convidados, o que não exclui chamar mais um Pleno.

Rubens Alves Pinheiro Filho, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Concorde com Flávia

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Pergunta a opinião de Deodato.

Deodato Rodrigues Alves, Conselheiro titular, Representante Das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Sua intenção não é tolher a falta de ninguém. Sua fala era no sentido de já encaminhar tal assunto. A questão de ouvir os conselheiros será efetuada ao final da reunião.

Ordem do Dia: - COVID.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Pede que os convidados se apresentem e falem durante cerca de cinco minutos cada. Assim, a questão da Educação será encaminhada, e serão abertas formações da mesa a serem feitas pelos membros da Mesa Temática Coronavírus. Pede a Maria Auxiliadora que controle o tempo de fala de cada convidado.

Convidado Maciel Nascimento, do SINDSEP: Importante a resolução do CMS com relação à educação. Tem sido grande aliado no debate. Última participação trouxe bom instrumento, que é a resolução do CMS ligada à Educação. Tem novas informações sobre a retomada das aulas em qualquer fase em que estivermos em fevereiro. Essa é a posição do Secretário de Educação. Todos os educadores e sindicalistas vislumbravam retomar as aulas presenciais em fevereiro. Ressalta que as aulas não pararam. Iniciativas fantásticas dos profissionais da educação não deixaram os alunos de lado. Não foram poucas as intervenções. A própria flexibilização do convênio e atitudes do prefeito pioraram a situação da COVID em São Paulo. Foram surpreendidos em reunião com o novo secretário da saúde. Entende que ainda não é momento para reabrir as escolas. Em reunião em 07 de janeiro, como novo secretário Fernando Padula, foi estabelecida mesa para discussão. Foram surpreendidos com o retorno às aulas sem discussão apropriada, que ocorreria em 20 de janeiro. Seriam feitas recuperação com 10 mil alunos e 2,7 mil profissionais, entre professores e auxiliares técnicos de educação – recuperação de aprendizagem em 45 escolas. Entende não haver muito a recuperar. Preocupação com esse fluxo de pessoas nos espaços escolares. Não estabeleceram vínculos, há profissionais contratados e não testados. Há 2 dias, o governo anunciou em live em que condições será feita a retomada das aulas: Volta dia 1º até o dia 14 em planejamento - todos os profissionais da Educação. Opção da família em retornar ou não. Isso é cruel, pois não estabelece o sistema democrático da educação, baseado na consulta aos conselhos escolares; além de jogar a família em tenebrosa situação de decidir apresentar ou não seu filho às unidades escolares. Preocupa-se que as UBS de referência vão acompanhar as escolas, e sabemos como estão as UBS. Fala-se de protocolos de volta às aulas a serem atualizados. O próprio CMS já apresentou condições preocupantes a serem adequadas para que, a partir daí, se pense no retorno às aulas. Adequar a cidade no campo da educação. As escolas serão vistoriadas pela prefeitura, por profissionais contratados sem ligação com área de saúde. Pergunta com qual olhar será feito o checklist sobre possibilidade de abertura. Houve contratação de 1400 estagiários – sem testagem. Pedem que todos os profissionais sejam testados. São dados preocupantes. Os CEUS são os principais polos de atendimento, o que causa preocupação.

Convidada Luba Melo, do SINDSEP: É dirigente do SINDSEP, é analista na prefeitura. Faz parte do Coletivo de Defesa pelos CEUS públicos. Para a Educação foi de extrema importância à resolução do CMS. É triste o avanço da pandemia, não há certeza da vacina. O drama do Amazonas. A cidade e o estado de São Paulo não estão tão distantes dessa situação, devido ao aumento de casos na cidade. Com a medida do Covas, seguindo o lista do governador Doria com a abertura das escolas e retomada das aulas presenciais. Os CEUS se localizam em regiões periféricas. No dia 10 de novembro teve reabertura dos CEUS colocando em risco a vida das crianças, trabalhadores. Os analistas de esportes e biblioteca foram obrigados a organizar atividades aos alunos nesse período. Foram obrigados a realizar atividades em atitude eleitoreira. A testagem foi uma das conquistas atingida após documento do CMS. O mais preocupante é que houve, nas primeiras semanas, aumento absurdo do número de contaminação nos profissionais de educação. Casos graves no CEU Butantã, que contou com 8 contaminados na mesma semana. Atualmente, trabalhador do CEU Lageado está internado em estado grave com COVID. Ainda há terceirização das unidades, situação difícil. Os 12 novos CEUS são encaminhados à terceirização. Foi feito grande enfrentamento pedindo o fechamento dos CEUs. A Secretaria Municipal da Educação vai para cima dos trabalhadores. Haverá mesa de negociação nas próximas semanas. Os 12 novos CEUs caminham para a terceirização. Estamos nesta luta também, e circulamos nos CEUs para ver de perto essa luta. A forma absurda como o governo trata os trabalhadores e a população exposta ao vírus da COVID - sem nenhum respeito aos profissionais. Agradece pelo espaço.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Valoriza o relato de Luba e Maciel. A

apresentação foi importante. O relato dos sindicatos municipais relacionados aos CEUs e equipamentos gerais de educação é importante. Pede que os membros da mesa técnica - Vita, Auxiliadora, Erivalder e Aparecida se manifestem, contextualizem a mesa. Depois será aberta uma nova rodada para abordar outras questões.

José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais

Categoria Saúde: A mesa técnica está com formato mais tranquilo, com a coordenação da Miriam. Tem-se discutido essencialmente questões técnicas. Há presença de técnicos. Dia 12 foi trazido técnico para discutir questões importantes. Os companheiros do SINDSEP levantaram a problemática de subnotificação e baixa testagem - particularmente a testagem dos profissionais de saúde que realmente vêm sendo afetados com a nova situação da COVID em São Paulo. Perguntaram como o município estava planejando enfrentar essa nova realidade com aumento de casos, internação e ocupação dos leitos de UTI. Como está sendo planejado? - Pergunta. Busca dimensionamento dos trabalhadores. Há desgastes físico e mental dos que estão na linha de frente. Eles ficaram de, na próxima reunião, esclarecerem estas e outras questões na próxima reunião, sobre vigilância epidemiológica, da COVISA, etc. Crê que terão elementos técnicos na próxima reunião que permitirão discussão de questões dessa natureza. Falarão também sobre vacinação. Em síntese, foi essa a discussão feita neste dia.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva:

Elogia a contextualização de Erivalder. Faltou falar da retomada da mesa de negociação da saúde mais ampla, levando também questões trabalhistas relacionadas à pandemia. Há, inclusive, agenda criada. Celebra a criação da mesa temática.

José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais

Categoria Saúde: Dia 19/01 haverá nova reunião. Foi uma reivindicação da bancada, em associação com membros do SINDSEP.

Maria Auxiliadora Chaves da Silva, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste:

Foi contemplada na fala de Erivalder. Considera uma grande conquista, têm melhor diálogo com a Miriam. Deve haver diálogo entre usuário/trabalhador e gestão. Já havia mesa de debate, até então esquecida. Enfatiza preocupação em começar a vacinação em áreas mais vulneráveis, não apenas por faixa etária. Há demora nos exames. A Pamella fez exame de COVID há mais de uma semana e até hoje não recebeu o resultado. Isso interfere no possível tratamento com eficácia. Hoje faleceu um vizinho seu, que estava bem de saúde até evoluir com falta de ar e ir à óbito. Que continue nessa pegada. Essa luta por espaço de debate não pode se perder. Pede a Miriam que na próxima reunião se leve o número de ocupação de leitos por hospitais. Cidade Tiradentes tem 100% de ocupação. Lembra que sempre foi solicitada a taxa de ocupação por hospitais, e não regiões.

Vita Aguiar de Oliveira, Conselheira Titular, Representante dos Portadores de Patologias:

Fez cirurgia de catarata e não participou. Mas fala da necessidade de aumentar as testagens, mesmo entre assintomáticos. Os jovens estão levando muito COVID para dentro das casas. Quer trazer a Lei dos Direitos Humanos, fazendo parte das discussões. É uma realidade próxima a sua. Deve-se pensar no coletivo. A Secretaria dos Direitos Humanos tem a coordenadoria da juventude e das mulheres, por isso deve participar das questões abordadas pelo CMS. Foi feita pesquisa com produto para fazer bochechos a fim de evitar o vírus da COVID-19, realizada em Bauru. Tal produto deveria ser estudado pela SMS. Poderia estar sendo incorporado como produto a fornecer para a população. Enviará o nome do medicamento via chat.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva:

- Se houver acordo, é preciso abordar o Plano de Planejamento e encaminhá-lo, fazendo combinado com escola, Secretaria Executiva e Conselheiros.

Maria Auxiliadora Chaves da Silva, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste:

Organiza a lista de chamada.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Encerra as inscrições.

Débora Aligieri, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Acha importante a necessidade de ter comunicação melhor com cidadãos nos territórios. As pessoas não sabem discutir os seus direitos, se é correto ou não o seu acompanhamento. Há muita negativa. Os cidadãos devem saber quando exigir seu direito de realizar testes. Talvez uma campanha de sensibilização dos funcionários das OSS para dar atendimento mais humanizado possa resolver tal questão. Reforça a necessidade do Plano de Comunicação em relação à vacinação. Vê muita desinformação nas redes sociais. Ainda espera o Plano de Comunicação, que há de ser divulgado pela SMS.

Maria Aparecida da Conceição Prado de Camargo, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Deixa bem claro que o Brasil foi reconhecido internacionalmente pelas campanhas de vacinação. Temos que defender vacina para todos, independente da idade. Estamos nessa situação porque o governo não adquiriu a vacina no tempo certo. A vacina tem que ser coletiva. Temos que abraçar qualquer vacina que vier. Há muita fake news. Tem que haver solidariedade. Vacina é direito de todos. Que haja campanha de lavar as mãos e distanciamento. O governo defende o Estado mínimo. Isso já é vivido nas comunidades, onde quem manda é a Igreja e as milícias. Deve haver solidariedade.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Ressalta necessidade de objetividade nas falas.

Flávia Anunciação do Nascimento, Conselheira Suplente, representante das Entidades Sindicais Gerais: Respeitemos a ciência. Os cientistas apontam que medidas extremas de isolamento diminuem a contaminação. É a única alternativa para reduzir internações e mortes enquanto não houver vacinação em massa para reduzir mortes e contaminações. Há a proposta da PMSF para reabertura das escolas, expondo alunos e profissionais à disseminação e contaminação. O grande número de funcionários da Educação contaminados é prova disso. Preocupa-se com o desmonte da COVISA, a fiscalização ficará parada. Farão fiscalização por amostragem. A ausência de autoridade sanitária para apontar viabilidade de unidades escolares para receber alunos e professores é inaceitável. É preciso documento que assegure que tal unidade está preparada. Em época de pandemia, quem vai fiscalizar as escolas? - Reflete.

Convidada Paula: Concorde com o que foi dito anteriormente. Recebeu paciente no AMA Peri Peri que só recebeu dipirona e o resultado só saiu 12 dias depois. Este paciente ainda reclamou do atendimento. Que este conselho ouça melhor os usuários SUS, que em geral trabalham e não têm como ter acesso à rede particular. Há muitos questionamentos acerca da eficácia da vacina. Diariamente, vê pacientes reclamando do atendimento na rede pública. Pede, encarecidamente, que o governo ouça os usuários, que vêm sendo abandonados. “Por que o paciente de convênio toma remédio e fica bom, e nós somos internados e acabamos morrendo?” - Pode passar pela cabeça de muitos usuários SUS. Esse segmento merece atenção.

Convidado Francisco Freitas: Parabeniza os conselheiros e trabalhadores pela qualidade da discussão. Agradece aos colegas que assinaram a moção de repúdio contra a estupidez promovida por Bruno Covas e Edson Aparecido. É necessário cobrar transparência da gestão. Pode-se encaminhar ofício, para que o Secretário responda claramente como será a campanha de vacinação, quais os locais, quem vai trabalhar na campanha, etc. Não tem vacina e não tem seringa. Propõe análise dos comentários do Secretário na mídia antes e depois das eleições. Antes, tudo parecia sob controle. Hoje, o próprio Secretário admite problemas de superlotação. Temos que manusear como é o gestor público. Gente morrendo todos os dias. A pandemia volta com intensidade. Há hospitais com 100% da capacidade esgotada. Vão retomar os hospitais de campanha? Se sim, devem ser levantados na periferia, em que a população pobre precisa da presença do Estado. Tem que dizer quando vai começar a posse para o controle social. 75% do CMS é

composto pelo controle social - UMPS, Usuários, CNP, Trabalhadores. Representam o controle social e sabem por que o usuário passa. Levanta tais questões, que considera muito importante. Pede que se olhe os contratos de gestão. A SMS acabou de fazer com o Hospital Alexandre Zaio, adicional de R\$ 2 milhões. É preciso haver acesso a estas finanças.

Convidado Maciel: Hoje pela manhã, 4 entidades representantes dos profissionais de educação do município de São Paulo- SINDSEP, APROFEN, SINESP e CEDIN encaminharam documento ao Secretário Municipal de Educação pedindo que o público-alvo, profissionais da educação, tenham prioridade na fila da vacinação. O entendimento é de que não haja proposta de “furar a fila”, mas compreender a importância de imunização precoce dos trabalhadores da educação, alunos e suas famílias caso haja retorno às aulas, para que este ocorra de maneira segura. Caso contrário, o calendário de retorno às aulas deve ser remanejado. Tal questão será levada ao MS. Outras frentes vêm trazendo esta questão. A educação pode esperar. Mas se houver abertura em fevereiro, os grupos-alvo da fila de vacinação devem ser repensados.

Maria Auxiliadora Chaves da Silva, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Informe site de onde tirou informação acerca do colutório - www.fo.usp.br. Não é “fake”.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Agradece a presença dos companheiros de educação, a contribuição dada pelos membros da mesa temática - Auxiliadora, Erivalder e Vita; além de todos os conselheiros, conselheiras e visitantes convidados. Lembra que há o grupo Intersetorial, que discute questão da saúde, assistência, educação e direitos humanos, onde também ocorrem tais discussões. Pode haver intersecção com outras áreas. Os problemas aqui discutidos “rebatem” na Assistência, Educação, entre outras áreas. Precisa haver força para esse trabalho. As reuniões da Intersetorial inclusive contribuem para a divulgação da resolução pertinente à volta às aulas. Reitera importância da articulação das Plenárias, que contribuirá para trabalho de mobilização externa que combaterá o negacionismo, as fake news e etc. As propostas colocadas do Pleno Extraordinárias foram devidamente registradas. Pede ao Júlio para verificar data provável do Pleno Extraordinário, promovendo aprofundamento da discussão para promoção de debate rico sobre a reorganização da intervenção na cidade, inclusive plano de comunicação e etc.

José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: No Pleno Extraordinário, deve-se abordar duas pautas: COVID e suas especificidades; e planejamento - que é urgente e deve ser trabalhado. Propõe que se eleja a comissão organizadora da 21ª Conferência Municipal de Saúde.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: - É preciso abrir o ponto para fazer combinados. Não se pode fazer a reunião sem ouvir os companheiros Maria do Carmo e Nadir sobre a questão da Conferência. Concorde com o colega, pede 30 minutos para discussão e organização. Consulta o Pleno – sobre o Pleno Extraordinário- Aprovado.

Propõe dia 21 pela manhã, às 10 horas. Se possível, a reunião deve se estender durante todo o dia. Pergunta se é possível. Não será necessário deslocar a data, evitando prejuízo.

Nadir convidará os participantes da Comissão para antecipar a escolha do grupo que trabalhará com a Conferência.

Todos os conselheiros receberam planilha e cronograma. Passa a palavra a Erivalder, Maria do Carmo e Julio, que auxiliarão na questão do encaminhamento.

José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Pede que se tire hoje a Comissão Organizadora da 21ª Conferência Municipal de Saúde.

Convidada Maria do Carmo, da Escola Municipal de Saúde/SMS: Precisam definir as necessidades estratégicas. Não dá para fazer resumo. Que o Júlio envie novamente a planilha do Planejamento. Se

hoje for definida a Comissão da Conferência, que saia com a Comissão montada e o grupo passe a montar reunião, discutir e trabalhar. Deixa para o dia 21 uma fala mais profunda.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Retoma aos encaminhamentos. Pede ao Julio, que já tem Comissão Organizadora aprovada lá atrás. Os nomes serão apresentados. Enviaremos outro pedido formal para que as comissões façam leitura prévia e se apropriem da planilha, inclusive comentários em documento específico, e passem o dia das 10h às 16h para que se possa fechar agenda, incluir coisas na planilha. Chegando cedo, o trabalho será feito com mais calma. Reforça: No dia 21 a reunião começará às 10 horas da manhã. Há muito a ser discutido. Há de se trabalhar o Planejamento e Conferência. A planilha será instrumento e roteiro de trabalho a todos. O Júlio entrará para falar quem são os membros da Comissão Organizadora, que trabalhará junto com a Comissão de Monitoramento e Avaliação da Conferência, e terá de passar os informes da Reunião de Comunicação para dividir as ideias iniciais. Dividir, articular, olhar aos instrumentos de gestão paralisados, para que se possa acompanhar em 2021 a programação quadrimestral. Isso será discutido depois. Passa a palavra a Julio.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS-SP: - Foi tirado que faria parte da comissão a Executiva, a Comissão de Avaliação, Comissão de Comunicação, Interconselhos. Quase o Conselho todo faz parte da organizadora. Propõe que se tire 16 nomes.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Há uma lista. Daremos publicidade aos nomes que saíram. Em regime de votação – ad. referendium – aprovar a comissão organizadora, composta pelos coordenadores da comissão, podendo colher contribuições de coordenadores da comissão, coordenador adjunto e convidados que possam trabalhar também, por exemplo, no âmbito de avaliação da conferência. Os membros coordenador e adjunto já são membros desta comissão organizadora - Avisa a Auxiliadora.Consulta o Pleno

Aprovada a Comissão Organizadora que se reunirá no dia 21, às 10h da manhã. Fica aberto o convite a conselheiros e conselheiras que desejem participar. À tarde, dia 21, continua a executiva, para resolução de assuntos pendentes.

Aprovado o Pleno Extraordinário, para tratar especificamente da COVID. Ainda falta definição de data.

Deodato Rodrigues Alves, Conselheiro titular, Representante Das Entidades Sindicais Categoria Saúde: O Pleno Extraordinário deve ser de pauta única; Sugere que a 266ª reunião termine com a pauta da conferência e a extraordinária à tarde, para não ferir o regimento, e a Extraordinária fique para a tarde com pauta única.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: A ideia era de tirar o Pleno Extraordinário para se discutir COVID. Dia 21, a pauta única será COVID - prolongamento da reunião atual. A parte da manhã será conversa sobre Planejamento e Conferência – Não é Pleno. À tarde COVID, 1ª extraordinária – Deve-se fazer convites, ver com a Miriam a possibilidade de presença de convidados para falar de vacinação. Avaliará a possibilidade de se realizar o Pleno com convidados da área técnica.

Deodato Rodrigues Alves, Conselheiro titular, Representante Das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Deliberações precisam ser feitas. O correto, tecnicamente, é estender a reunião atual para o período da manhã do dia 21.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: São coisas distintas. A reunião da manhã deixa de ser informal, passa a ser deliberativa a distinção desta reunião. Todos estarão convidados. O Pleno contará com a Comissão Organizadora para encaminhar a questão da conferência. Reitera: A manhã será conversa sobre Planejamento e Conferência. À tarde, exclusiva para COVID. Na primeira, precisarão da AGP Mirian, pessoal do GT de planejamento, organizadores, etc. Tudo será encaminhado

para a reunião progredir. À tarde, se fará discussão sobre COVID em Pleno Extraordinário, o que já foi aprovado. Data será marcada para aprovar documentos com os membros da Executiva, como o Julio. Pergunta se Julio compreendeu sua colocação.

Deodato Rodrigues Alves, Conselheiro titular, Representante Das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Concorda.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS-SP: Dia 21, às 10 horas, continuidade deste Pleno para tratar do planejamento de Conferências. À tarde, 14 horas, Pleno Extra: com tema COVID.

Adriana Ramos Costa Mateus, Conselheira Titular, Representante Do Movimento Popular De Saúde Sudeste: - Questão de esclarecimento. A reunião do dia 21 será presencial?

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Nega. As reuniões serão virtuais. Se for necessário, no dia da reunião, contar com membros da organizadora para acordos “negociais” com a gestão, aprova-se no dia 21. A Conferência foi aprovada. Agora é dar sequência nos dois tempos para a pauta. Agradece a contribuição de todos os participantes. Julio elucidou bem o proposto. Será necessário estipular a leitura obrigatória da planilha por parte de cada conselheiro. Miriam será solicitada para enviar, à tarde, profissional capaz de atualizar a conversa sobre calendário, encaminhamentos. Pede que Julio e Denize separem os encaminhamentos e levem à reunião, se possível passá-los previamente, para que se possa chegar lá “tinindo”.

Convidada Maria do Carmo, da Escola Municipal de Saúde/SMS: Miriam colocou no chat pedido para que as solicitações sejam enviadas via e-mail. Lembra que a reunião será concomitante ao início da campanha de vacinação. A conversa com a Comissão de Comunicação do Conselho foi realizada.

José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Brinca que os colegas estão otimistas. A Índia afirmou que não enviará a vacina.

Convidado Francisco Freitas: Pergunta se as reuniões ocorrerão de forma paritária, de modo a organizar bancada para que a população participe. Envia abraço especial para todos - principalmente para a Miriam, que agora é mãe. Envia muitas felicidades à família.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Apesar das divergências que tem com Miriam devido ao âmbito militante da profissão, cita a importância de se caminhar juntos e manejar possíveis desentendimentos. As críticas vêm no sentido de construir e dar condição para que não se abra mão do que está na legislação. Todos têm sua identidade. São parte do poder Executivo, devem ter autonomia e fazer a discussão de acordo com as concepções com as quais acredita. Estão ali para construir. Não abrem mão da sua autonomia e respeitam a autonomia dos poderes. Cumprirão seu papel de cabeça erguida. Edson conhece a postura do CMS. Não estão ali para destruí-lo, mas sim participar de construção coletiva. Agradece a presença da AGP, respondendo demandas e levando-as à gestão; além de todos os participantes. Elogia o trabalho do Julio, sua equipe e elogia atas elaboradas pela Denize Calvo.

Débora Aligieri, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Registra elogios à possibilidade de acompanhamento da reunião online, transmitida via facebook. Alguns pediram o cronograma de reunião - Está no site da SMS e será divulgado via facebook também. Houve muitas manifestações contrárias à reabertura das escolas. Convida a todos a participarem. Conforme possível, manifestações serão lidas durante a reunião ao vivo. Agradece e estimula a participação de todos.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Elogia os conselheiros Debora, Nadir e Mario, expoentes da Comunicação. Trazem contribuição fantástica, vinda do ambiente virtual. O debate visa contribuir. O CMS é composto por 3, 4 segmentos. Conforme há medida de apoio e avanço da participação do controle social, o SUS é fortalecido. Não há o que temer, da nossa parte ou parte da gestão. Eventualmente, há convidados e conselheiros que “metem a boca”. Mas isso faz parte da democracia. Faz parte do debate. Fazemos o que é possível, estamos no caminho certo. Próximo debate sobre o papel do controle social, da AGP, limites de cada um dentro da participação do controle social, deve ter mediação e interlocução para o CMS. A interlocução não deve limitar direitos do CMS. Se houver conversa bem feita, São Paulo será exemplo e referência de controle social via Conselho.

José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: O CMS faz parte da democracia direta. É um dos pilares mais importantes da democracia. Tira o chapéu para contribuição enorme instituída por Débora. Trata-se de sistema moderno de democracia. É preciso ampliar o conhecimento da população em relação ao nosso papel e ao papel que elas impõem a nós, fazendo cobranças que levam ao melhor trabalho possível. Elogia o Nadir e a todos pela extraordinária contribuição. Pode-se dizer: Antes da Débora; Depois da Débora.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Débora reconhece o trabalho coletivo: Coordenador Nadir, Coordenador Adjunto Mario. O terceiro elemento, Débora, é essencial para a virada de página do obscurantismo. Saúda a Comissão de Comunicação, a todas as outras comissões, aos conselheiros e conselheiras, a escola municipal. Reforça ideia de coletividade e potencial de crescimento. Não basta atacar o governo. Problemas do projeto devem ser criticados, mas pessoas devem ser respeitadas para que não se perca o rumo.

Adriana Ramos Costa Mateus, Conselheira Titular, Representante Do Movimento Popular De Saúde Sudeste: Apenas relembra que os fóruns que cita fazem parte do espaço institucional. Controle social é difícil, mas chegamos lá.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Se despede carinhosamente de todos. Encerra reunião às 19h26.

|